



ASSOCIAÇÃO DOS  
ENGENHEIROS  
DA PETROBRÁS

MAIO DE 1993  
Nº 45

# Roberto Campos: a defesa dos interesses estrangeiros sem compromisso com a verdade

*No primeiro semestre de 92, a TVE promoveu um debate sobre o monopólio estatal do petróleo. Defendendo a Constituição e a permanência do monopólio o nosso presidente, engenheiro Diomedes Cesário da Silva, enfrentou o deputado Roberto Campos e o Dr. Oswaldo Palma, ex-presidente do Consórcio Paulipetro. Os melhores momentos do programa, publicados pela revista Petro e Gás, na seção Última Página,*

*ressaltaram a fragilidade dos argumentos de Campos e Palma que, além disso, usaram e abusaram de informações falsas e dados incorretos. Com o objetivo de restabelecer a verdade, combatendo a desinformação, o diretor da AEPET, Ricardo Maranhão, endereçou correspondência à Petro e Gás, publicada na íntegra, na edição de dezembro último, que divulgamos neste boletim.*

## Debate sobre monopólio é rediscutido em nome da verdade

### Quanto às afirmativas do deputado Roberto Campos:

*“Nos últimos 3 anos as reservas mundiais cresceram 127 vezes, enquanto as reservas da Petrobrás, 8% apenas; praticamente estagnaram. Hoje as reservas totais brasileiras provadas são de 3 bilhões de barris, 0,02% das reservas mundiais, dois milésimos...”*

As colocações do deputado Roberto Campos são totalmente incorretas. Admitir que as reservas mundiais cresceram 127 vezes é afirmar que elas tiveram uma variação, para mais, de 12.700%, em 3 anos!!! Na realidade elas evoluíram de 1988 a 1990, de 928,79, para 959,49 bilhões de barris, ou seja, um incremento de apenas 3,30%. As re-

servas brasileiras, em junho/92, atingiram 3,5 bilhões de barris, cerca de 0,35% das mundiais e não 0,02%, como afirma o deputado. Estas reservas, se considerado o petróleo já descoberto na Bacia de Campos, em águas muito profundas (lâmina d'água de 1 a 2 mil metros), ultrapassam 9,2 bilhões de barris, superando as do Canadá e as da Exxon e da SHELL, as duas maiores companhias de petróleo do mundo.

Somente no primeiro semestre de 1992 foram incorporados mais de 500 milhões de barris às nossas reservas, um aumento de 16,66% sobre o nível de dezembro/91.

*“As reservas brasileiras de petróleo dão para um consumo de 13 anos. As mundiais dão para 46*

*anos.”*

Embora os números estejam corretos, o deputado Roberto Campos, deliberadamente, “esqueceu-se” de dizer que as reservas dos Estados Unidos, sede de 4 das 6 maiores companhias de petróleo do mundo (Exxon, Texaco, Mobil e Chevron), e da Inglaterra, sede das outras duas (British Petroleum e Shell), são suficientes, apenas, para mais 10,3 e 5,6 anos, respectivamente. A produção norte-americana de petróleo atingiu o nível mais baixo dos últimos 31 anos. Os Estados Unidos importam, diariamente, 7,5 milhões de barris, um dispêndio de 55 bilhões de dólares anuais.

Estes US\$ 55 bilhões são responsáveis pela quase totalidade

do déficit na balança comercial americana (exportações de US\$ 421,70 bilhões e importações de US\$ 487,10 bilhões).

O Canadá só tem petróleo para mais 10,9 anos e os demais países integrantes do chamado G-7, os sete mais ricos do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Canadá), são totalmente dependentes. O Japão, o mais dependente de todos, produz diariamente 10 mil barris e consome mais de 4 milhões de barris de petróleo por dia.

A média mundial de duração das reservas, de 46 anos, é assegurada por alguns países que dispõem de enormes quantidades de petróleo. Assim, considerados os atuais níveis de produção, a Arábia Saudita, o Kuwait, o Iraque e Abu Dhabi têm petróleo para mais de 100 anos, o Irã para 81, a Venezuela para 70 e o México para 50 anos. Na América Latina a disponibilidade é para 46 anos. Estes números explicam a participação de mais de 15 países na recente guerra do Golfo e os esforços das grandes empresas de petróleo para quebrar os monopólios no México, na Venezuela e no Brasil.

*“No México as empresas estrangeiras montam o campo, organizam e financiam a exploração e depois devolvem o campo à Pemex, que paga com o óleo produzido. As empresas privadas que estão sendo contratadas demonstram a ineficiência da Pemex, porque têm conseguido realizar projetos pela metade do preço e em um terço do tempo.”*

Também aqui o Sr. Roberto Campos não diz a verdade. O México produz petróleo desde 1901. A indústria foi nacionalizada em 1938, em consequência de um grave conflito entre os trabalhadores e as companhias estrangeiras, que se recusavam a cumprir uma decisão da Suprema Corte Trabalhista do país, relativa às reivindicações dos sindicatos. Ao assinar a nacionalização, o presidente Lázaro Cárdenas afirmou: “As companhias petrolíferas têm dinheiro, armas e munições para as revoluções; dinheiro para a imprensa antipatriótica que

as defende; dinheiro para enriquecer os seus incondicionais defensores; porém para o progresso do país, para encontrar uma justa compensação do trabalho, elas não têm dinheiro”. O monopólio mexicano, muito mais amplo do que o brasileiro, como o nosso, tem respaldo constitucional (artigo 27 da Constituição dos Estados Mexicanos).

Além da exploração, perfuração, produção, transporte, refino, importação e exportação, também inclui a distribuição e a indústria petroquímica básica, reservando ao Estado a exclusividade de produção, de 20 produtos como amônia, benzeno, butadieno, xilenos e uma



série de outros.

A sociedade mexicana já decidiu manter o monopólio estatal do petróleo, não obstante as pressões norte-americanas, exercidas ao longo dos 14 meses de negociação que antecederam a assinatura de um acordo de livre comércio entre os dois países e o Canadá.

*“Para um habitante do Rio de Janeiro é absolutamente revoltante o que está acontecendo. Se o Estado fosse um emirado tal como o Dhubai, que tem uma produção mais ou menos equivalente, o Rio seria um Estado rico. Poderia construir hospitais e escolas porque o emirado do Rio de Janeiro conseguiria sob a forma de royalties e impostos, 60 a 70% do valor do óleo bruto. O que a Petrobrás dá ao Rio de Janeiro? São 5% de royalties: 1% para a Marinha, 4% para os Estados e Municípios. Então, valeria a pena nós sermos um emirado e esquecermos a Petrobrás.”*

A colocação do Sr. Campos é cavilosa e pretende incompatibili-

zar a população dos Estados e Municípios produtores de petróleo com a Petrobrás. A história registra inúmeros exemplos da “generosidade” das empresas petrolíferas internacionais. A frase de Cárdenas, já citada, é ilustrativa. O que foi a criação da OPEP, senão uma reação dos países produtores aos longos anos de espoliação, traduzida em preços vis para o seu principal produto de exportação? Por que as companhias foram expulsas da Líbia, do Iraque, do Irã? Por que a Venezuela nacionalizou o seu petróleo em 1975? Sobre os “fabulosos royalties” e a boa vontade dessas empresas em pagá-los, aos países ou Estados que as hospedam, o Dr. Roberto Campos deveria informar-se com Mr. Walter J. Hickel, governador do Alasca. Este Estado americano teve que enfrentar uma batalha judicial de mais de 14 anos para receber dessas companhias os royalties que considerava justos.

Os critérios e as condições para o pagamento dos royalties no Brasil (quais os Estados, Municípios e entidades contemplados, percentuais, base de cálculo etc.) são fixados por lei federal, elaborada pelo Congresso Nacional. A Petrobrás cumpre a lei e os recursos, representando parcelas muito expressivas do orçamento, sobretudo dos Municípios, e tem proporcionado notável desenvolvimento às regiões produtoras.

*“O monopólio é um perigo para a segurança nacional, porque os funcionários da Petrobrás têm 24 sindicatos que podem, a qualquer momento, paralisar o país e isto é uma coisa totalmente inaceitável.”*

Desde a criação da Petrobrás, em 1953, o Brasil enfrentou crises e conflitos, internos e externos, os mais variados, e nunca faltou petróleo no país. Tivemos o suicídio de um presidente, a renúncia de outro e a deposição de um terceiro. No plano externo, as guerras de Suez, dos Seis Dias, a crise iraniana, o recente conflito no Golfo são apenas alguns exemplos.

Em 1979 houve falta de combustível na costa leste dos EUA e em diversos países europeus, sobretudo na Bélgica e na Holanda. No

Brasil, nunca! Os trabalhadores da Petrobrás têm consciência da sua responsabilidade para com a sociedade.

As empresas estrangeiras, ao contrário, não têm compromisso com o Brasil. Em 1979, em plena crise do petróleo, as multinacionais se recusaram a fornecer o produto ao Brasil, justamente no momento em que mais necessitávamos.

*"... Aí, diz que a Petrobrás é um patrimônio nosso, mas é patrimônio dos funcionários da Petrobrás; quando vamos à bomba comprar gasolina estamos pagando para a constituição do patrimônio privado dos funcionários, a Petros".*

Mais uma intriga do deputado Roberto Campos. Desta vez uma intriga mesquinha. Ele se refere às contribuições da Petrobrás para a Petros — Fundação Petrobrás de Seguridade Social. Os recursos destinados pela Petrobrás e por seus empregados à Petros constituem poupança que viabiliza o pagamento de alguns encargos trabalhistas, transferidos pela Petrobrás à Petros, quando da criação desta, em 1970. Esses encargos são as indenizações por morte e invalidez e a suplementação de renda na aposentadoria, benefício a que o Sr. Roberto Campos também tem direito como deputado. Para fazer jus à manutenção da renda, após dezenas de anos de serviços prestados à companhia, os empregados, ativos e aposentados, descontam mensalmente para seu fundo de pensão, cerca de 10% do salário recebido. Trata-se de medida de uma administração previdente, cônica da responsabilidade que toda empresa realmente moderna tem com os seus empregados. Neste setor, como em outros, o Banco do Brasil com a Previ e a Petrobrás com a Petros foram pioneiros. Outras estatais e dezenas de empresas privadas seguiram-lhes o exemplo, também criando as suas fundações para suplementar aposentadorias. Hoje são 254 fundações filiadas à Abrapp — Associação Brasileira de En-

tidades Fechadas de Previdência Privada, sendo 142 de empresas privadas e 112 de estatais. Das privadas, mais de 40 são mantidas por empresas multinacionais. A Shell mantém a sua fundação (Conshell), com seus exclusivos recursos, sem quaisquer contribuições dos empregados. A IBM também tem o seu fundo de previdência e não só complementa aposentadorias dos empregados como mantém para eles planos médicos e odontológicos. Também é todo pago pela IBM. Nos Estados Unidos os fundos de previdência movimentam cerca de US\$ 4 trilhões por ano. A previdência privada representa um salário indireto, uma ferramenta moderna



na gerência de recursos humanos, atraindo mão-de-obra qualificada, reduzindo a rotatividade na empresa, aumentando a produtividade e incentivando a renovação do quadro de empregados.

*"Os contratos de risco foram redigidos de forma extremamente punitiva, e a Petrobrás só alocou a contratos de risco as áreas marginais e reservou para si as áreas preferenciais".*

O deputado pretendeu justificar o fragoroso fracasso dos contratos de risco. Tanto que a Constituinte de 1988 resolveu, quase por unanimidade, proibi-los. O que desejava o deputado? Que a Petrobrás desse, de mão beijada, às empresas estrangeiras, áreas já produtoras? Não seriam contratos de risco. Seriam contratos de certeza... Não é verdade que as áreas de risco fossem "marginais". Tanto é assim, que na Bacia de Santos, na qual blocos ficaram, por 8 anos, em poder de empresas estrangei-

ras (Chevron, Pecten, Marathon e British Petroleum) que nada descobriram, a Petrobrás descobriu os campos de Tubarão, Coral e Estrela do Mar, já em produção.

## Quanto às afirmações do Dr. Oswaldo Palma

*"... Digo aos meus companheiros de debate que fico estupefato de ver um jovem como Diomedes, presidente da Aepet, vir ao programa de televisão defender o monopólio da Petrobrás, enquanto 8 milhões de criancinhas não têm o que comer neste país."*

O Sr. Palma defendeu, num programa da TVE, a saída do Estado da indústria petrolífera, com o argumento de que a ação pública deve se concentrar em áreas como segurança, educação, saúde. Como explica ele que o Consórcio Paulipetro tenha gastado, sob o seu comando, sob a sua administração, US\$ 500 milhões de recursos públicos, sem produzir comercialmente uma gota de petróleo, um metro cúbico de gás natural? Tão logo assumiu o governo, o então governador Franco Montoro decidiu fechar a Paulipetro.

No início do século, o velho Rockefeller já afirmava que "petróleo é o melhor negócio do mundo". É fonte geradora de astronômicos recursos. Em 1991 a Petrobrás pagou mais de US\$ 2,7 bilhões em impostos e contribuições sociais, sem receber um tostão do Tesouro Nacional. Ao contrário, o Governo Federal deve à companhia, hoje, cerca de US\$ 3,5 bilhões. Os impostos pagos pela Petrobrás, desde que aplicados com probidade e competência, podem atender a expressiva parcela das prioridades sociais do país. Não há, portanto, conflito entre a ação do Estado na indústria do petróleo, indispensável por razões de soberania e de interesse público, e a sua atuação na área social.

*"... Acho que esta é uma obrigação de quem detém o monopólio (a auto-suficiência), aliás a Lei 2004 praticamente diz isto, concede o monopólio com a obrigação de tornar o país auto-suficiente, coisa que jamais aconteceu em 38 anos".*

O Dr. Palma critica a Petrobrás, empresa que tem apenas 38 anos, porque o país ainda não é auto-suficiente. A indústria do petróleo tem mais de 130 anos! As grandes companhias petrolíferas privadas como a Exxon, Shell, Mobil, Chevron, British Petroleum foram criadas no século passado ou no início deste. Mais de 100 países no mundo produzem petróleo. Destes, apenas 24 são auto-suficientes, dos quais 13 integram a OPEP. A produção nacional já atende a 55% do consumo. A dependência dos Estados Unidos, berço da indústria do petróleo, é hoje muito maior que a brasileira.

A auto-suficiência já teria sido atingida, ou estaríamos muito mais próximos dela, não fossem os sucessivos cortes nos investimentos da Petrobrás, impostos pelo governo ou decorrentes da política governamental, que vem causando pesados prejuízos à companhia, conforme já apurado por CPI do Congresso Nacional, pelo TCU e pelo Conselho Federal da OAB.

A este respeito cabe transcrever aqui palavras do Dr. Paulo Maluf, ex-governador do Estado de São Paulo, idealizador da Paulipetro e mentor, inspirador e chefe do Dr. Oswaldo Palma, proferidas em 30.08.89 no auditório do edifício sede da Petrobrás, totalmente lotado, durante a última campanha presidencial.

“Quando eu vejo negarem recursos à Petrobrás, para que sejamos auto-suficientes em petróleo, que é fundamental para a nossa economia, a mim me entristece. Porque uma das coisas que dá soberania a um país, é a sua independência energética. E a Petrobrás é uma empresa estratégica que se confunde com o Brasil e vai se confundir mais e melhor ainda quando produzir mais de um milhão de barris de petróleo por dia.

Eu afirmo: a Petrobrás é intocável. O monopólio do petróleo continua. Quanto aos contratos de risco, será obedecida a Constituição. É a Petrobrás quem vai perfurar no Brasil. No que se refere ao preceito da atual Constituição, que dá à Petrobrás o monopólio da perfuração, sem contratos de risco, eu não só estou de acordo, mas se for presi-

dente, vou dar a vocês todos os meios para alcançarem, em 5 anos, a meta que a Petrobrás faça o Brasil independente no caso do petróleo.

“Castelo Branco (marechal e ex-presidente da República) já declarou que se a Petrobrás fosse competente não precisaria mais do monopólio.”

O Dr. Oswaldo Palma repete uma velha intriga do Dr. Roberto Campos, que costuma atribuir ao Marechal Castelo Branco a frase: “Se a Petrobrás é competente não precisa do monopólio. Se não é competente não o merece”. Ou seja, o ex-presidente Castelo seria contrário ao monopólio, em qualquer hipótese. Na realidade, em



uma festa realizada em Aracaju-SE, em novembro de 1964, quando se comemorava a descoberta do campo petrolífero de Carmópolis, o presidente Castelo Branco afirmou: “O monopólio estatal do petróleo é uma necessidade inelutável da nossa economia que a nós só cabe tornar maior e mais forte”.

“Não se sabe o custo de um barril de petróleo produzido no Brasil. Não existe transparência pública.”

O custo total de um barril de petróleo produzido no Brasil varia entre US\$ 15,00 e US\$ 16,00.

A Petrobrás é a empresa mais fiscalizada do país. Dentre os órgãos aos quais está obrigada a prestar constantes esclarecimentos, estão a Presidência da República, o Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União-TCU, os Ministérios da Economia, Fazenda e Planejamento e das Minas e Energia, Comissão de Valores Mobiliários, Departamento Nacional de Combustíveis — DNC, além de outros.

#### ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

Sede Avenida Almirante Barroso, 22/19º andar — Centro — Rio-de Janeiro — CE:20.031-000  
 Diretoria Executiva  
 DIOMEDES CESÁRIO DA SILVA  
 Presidente  
 Cenpes-Diprom — Sala: 2130  
 Tel. Trab.: 598-6242/598-6214  
 Fax: 590-6643  
 MARCO AURÉLIO LATGE  
 Vice-Presidente  
 Depex-Ditec-Senort — Sala: 1302  
 Tel. Trab.: 534-4689  
 Fax: 534-1076  
 HILDEBRANDO J.C. GONSALES  
 Diretor de Patrimônio  
 Petroquisa — Sala: 910  
 Tel. Trab.: 296-5131 R. 201 e 203  
 Fax: 263-4294  
 JULIO DINIZ BASTOS PINTO  
 Vice-Diretor de Patrimônio  
 Petroquisa-Gefin — Sala: 304  
 Tel. Trab.: 296-5131 R. 243  
 Fax: 263-4294/233-1301  
 FERNANDO LEITE SIQUEIRA  
 Diretor de Comunicações  
 Coden — Sala: 1729  
 Tel. Trab.: 534-1329  
 Fax: 534-3754  
 RICARDO MOURA DE A. MARANHÃO  
 Vice-Diretor de Comunicações  
 Senge-Diage — Sala: 7 andar  
 Tel. Trab.: 566-3760/3761  
 Fax: 566-5999  
 CARLOS SOLIGO CAMERINI  
 Diretor de Pessoal  
 Cenpes-Diprot-Semec — Sala: 0015  
 Tel. Trab.: 598-6504  
 Fax: 598-6363  
 ARGEMIRO PERTENCE NETO  
 Vice-Diretor de Pessoal  
 Sermat-Dicom — Sala: 655 C  
 Tel. Trab.: 534-4922/534-1729  
 Fax: 534-3833  
 NELSON CAMANHO DA COSTA FILHO  
 Diretor Cultural  
 Decom-Super-Sedep — Sala: 1882  
 Tel. Trab.: 534-3238  
 Fax: 262-2664  
 JOSÉ CONRADO DE SOUZA  
 Vice-Diretor Cultural  
 Decom-Disup-Seproc — Sala: 1974  
 Tel. Trab.: 534-3232/534-3233  
 Fax: 534-3607  
 Conselho Fiscal  
 ÁLVARO DE SÁ BAHIA  
 Membro do Conselho Fiscal  
 Depex-Disep — Sala: 1518  
 Tel. Trab.: 534-2747/534-1342  
 Fax: 534-3608  
 CARLOS AUGUSTO D. BRANDÃO  
 Membro do Conselho Fiscal  
 Av. Rui Barbosa, 636/1004 — CEP: 22250  
 Tel.: 551-7967  
 SYDNEY REIS SANTOS  
 Membro do Conselho Fiscal  
 Setinf-Pesop — Sala: 1604  
 Tel. Trab.: 534-2757/537-4804  
 Fax: 220-2686  
 GUILHERME VAZ DO COUTO  
 Membro do Conselho Fiscal  
 Petrofértil-Geplan-Diepro — Sala: 804  
 Tel. Trab.: 217-5246  
 Fax: 262-7915  
 JORGE LUIZ NOGUEIRA DE SOUZA  
 Membro do Conselho Fiscal  
 Deper-Diplan-Septal — Sala: 2023  
 Tel. Trab.: 534-2113/534-0631  
 Fax: 262-8276  
 WAGNER GRANJA VICTER  
 Membro do Conselho Fiscal  
 Segem-Empab — Sala: 9 andar  
 Tel. Trab.: 566-5684  
 Fax: 566-5634  
 Boletim da AEPET  
 Jornalista Responsável  
 IVANA BARRETO  
 Fotógrafo  
 LUCIANO ALVES  
 Editoração Eletrônica  
 RAMA ARTES GRÁFICAS — Rua Álvaro Alvim,  
 24/1201 — 20031 — Centro — RJ — Tel.: 262-9906